

Mailson negocia com o FMI com base em orçamento austero para 90

por Maria Clara R. M. do Prado
de Washington

O governo vai manter elevada a taxa de juro real da Letra Financeira do Tesouro (LFT) no patamar de 3% ao mês, assegurou em Washington o ministro da Fazenda, Mailson Ferreira da Nóbrega, depois de ter conversado reservadamente com o gerente-geral do Fundo Monetário Internacional (FMI), Michel Camdessus, por uma hora e quinze minutos, onde a questão dos juros chegou a ser discutida.

"Nossa grande tarefa é assegurar remuneração adequada para os poupadores e evitar a migração de recursos para ativos reais ou para a especulação", disse Nóbrega, comentando o movimento que ocorreu no mercado na semana passada, com o dólar no paralelo e o ouro em alta, diante de uma taxa real da LFT de 2,35%, conforme foi sinalizado na sexta-feira pelo Banco Central (BC). (Ver a Seção Custo do Dinheiro páginas 25 a 28).

Ele procurou explicar que incertezas na direção da política monetária podem ocorrer — o BC está sujeito a trabalhar com alguma defasagem com relação ao comportamento do IPC (Índice de Preços ao Consumidor) — mas são circunstanciais, e não se sustentam por muito tempo.

"Continuamos perseguindo uma política monetária coerente e transpa-

rante no manejo do indexador da economia, BTN, de modo a passar a informação sobre a inflação para o mercado tão logo esteja disponível.

O ministro da Fazenda continua buscando um entendimento com o FMI em torno de um programa econômico de curto prazo e garantiu que há uma compreensão por parte da instituição de que "fazemos o que está no nosso alcance". O encontro com Camdessus — na sexta-feira — coincidiu com o envio ao Congresso Nacional, pelo presidente Sarney, de um pacote de medidas provisórias e projetos de lei com propostas de corte nos gastos e de aumento de arrecadação, indispensáveis para o orçamento fiscal do ano que vem. Nóbrega estimou que o orçamento de 1989 projeta para o ano que vem um déficit público da ordem de 2% do PIB. (Ver página 6)

Camdessus, no dia anterior, condicionou qualquer empréstimo ao Brasil à implementação de "um bom programa econômico; com medidas fortes o suficiente para merecer o apoio da comunidade internacional".

A austeridade fiscal que o atual governo pretende deixar como contribuição para o próximo governo, conforme indicou o ministro, é a base das negociações com o FMI. Nóbrega acha que um acordo com o Fundo pode ser assinado ainda neste governo, sem



Mailson da Nóbrega

que necessariamente o novo orçamento esteja aprovado pelo Congresso Nacional — o Legislativo tem prazo até dezembro para se pronunciar e ressaltou como ponto favorável nas discussões com o FMI o fato do projeto orçamentário, desta vez, ter sido amplamente discutido com deputados e senadores. "Estamos concentrando nossas discussões com o FMI em torno do programa para 1990, baseado em um orçamento austero, fruto de recomendações do próprio Congresso Nacional", disse ele.

Na conversa com Camdessus, não chegou a ser definido o prazo que poderá ter o acordo em negociação.

Não é praxe da instituição a aprovação de programas de curtíssima duração, mas Nóbrega saiu do encontro com uma indicação favorável: "quanto a

isto, o FMI não é dogmático, está disposto a ajudar o Brasil nesta fase de transição política, e Camdessus indicou que se for preciso levar ao "board" da instituição proposta neste sentido — para um acordo de prazo mais curto — fará isto".

Especificamente com relação a esta questão do prazo — o Brasil vinha acenando com prazo de duração de seis meses, entre setembro e março do ano que vem — o ministro da Fazenda indicou que isto não é o relevante. O próximo governo, segundo ele, tem sempre a liberdade de poder negociar acordos externos, lembrando o que ocorreu ao final de 1985, quando o FMI deixou de fechar um entendimento "stand-by" com o Brasil que daria maior tranquilidade à transição, a despeito do empenho do presidente eleito Tancredo Neves.

Nóbrega, de todo modo, considera que as expectativas das negociações estão facilitadas e aproveita a reunião anual do FMI e do Banco Mundial (BIRD) para reforçar a posição brasileira. Ele terá encontro nos próximos dias com o presidente do BIRD e tem mandado audiências com presidentes de bancos credores com vistas a amarrar entendimentos que possam representar ainda neste governo a garantia de novos recursos para cobrir os pagamentos externos e manter sob controle de reservas internacionais do país.